

ELEIÇÕES E DÉFICITS DEMOCRÁTICOS NA QUARTA REPÚBLICA DA NIGÉRIA: UM COMENTÁRIO

Al-Chukwuma Okoli¹
Chigozie Joseph Nebeife²
Markus Arum Izang³

Introdução

A apreciação do mundo moderno da participação das pessoas na determinação de quem governa os assuntos do Estado no interesse geral é notavelmente o fator subjacente à celebração global da democracia como um sistema de governo (Igbokwe-Ibeto, Osakede, Nkomah & Kinge 2016). O ponto norteador de todas as democracias é a participação do público, pelo menos no nível de seleção da liderança pelo instrumento da eleição. Isso ocorre, essencialmente, porque a democracia é um governo projetado para servir os interesses do público. Cientistas políticos associam eleições à governança democrática, argumentando que a eleição é o mecanismo que fornece a via para o surgimento de um governo constituído. Além disso, as eleições se tornaram um modo aceitável de sucessão política legítima.

Separar a eleição da democracia é quase impossível devido ao seu relacionamento funcional orgânico. Vários estudiosos reconhecem esse vínculo afirmando que é por meio das eleições que a transferência formal de poder ocorre em todas as democracias. Além disso, é também por meio da eleição que a legitimidade é conferida ao governo. A eleição descreve o contrato social entre representantes e representados. Isso ocorre no sentido em que

1 Departamento de Ciência Política, Federal University Lafia. Lafia, Nigéria. E-mail: okochuo07@yahoo.com

2 Departamento de Ciência Política, Federal University Lafia. Lafia, Nigéria. E-mail: arummarkus@gmail.com

3 Departamento de Ciência Política, Federal University Wukari. Wukari, Nigéria. E-mail: cjnebeife@gmail.com

o eleitorado se reserva o direito de votar ou retirar um governo em qualquer instância da eleição (David, Manu & Musa 2014).

Com efeito, a eleição permaneceu indispensável à prática da democracia. Constitui também um parâmetro para determinar e medir a consolidação e o progresso democráticos (Powell 2000; Berouk 2008). Aliás, enquanto a eleição é universalmente aclamada como a quintessência da democracia, a experiência da Nigéria com a eleição tem sido bastante desanimadora. De fato, as eleições na Nigéria foram aprovadas por um verdadeiro fator de *desdemocratização* em sua experiência democrática. Primeiro, em vez de fornecer uma via para uma transferência de poder suave e legítima, as eleições foram associadas a ocorrências desagradáveis que frequentemente viciam a perspectiva de uma transição sem problemas. Segundo, em vez de preencher a lacuna entre o eleitorado e seus representantes eleitos, as eleições na Nigéria perderam em grande parte sua essência e ingredientes democráticos essenciais: (i) são freqüentemente comprometidos na medida em que o resultado não reflete a vontade ou os desejos do eleitorado; (ii) mesmo quando são críveis, os representantes eleitos não sentem que detêm seu mandato na instância do eleitorado; (iii) dificilmente existe sinergia significativa entre o eleitorado e seus representantes após as eleições; (iv) representantes eleitos se comportam no governo com pouca ou nenhuma consideração pelos anseios e aspirações da população eleitoral.

É à luz disso que este estudo examina eleições e déficit democrático na Quarta República da Nigéria. A essência do artigo é interrogar as inversões aparentemente irônicas dos princípios democráticos nos processos de política e governança, assim como o processo de democratização do país. O documento sustenta que a experiência da Nigéria com a democracia equivale em grande parte à civilização nominal, tendo em vista que o processo que está em andamento não cumpriu os requisitos mínimos da ordem democrática.

Conceituando democracia, déficit democrático e eleição

O termo democracia deriva da palavra grega “*demokratia*”, designando basicamente “um arranjo político no qual o poder político é investido na maioria dos cidadãos” (Adejumobi 2004, 5). É uma forma de governo em que as pessoas escolhem voluntariamente e livremente seus líderes mediante um processo eleitoral livre e justo, direto ou indireto (Osabiya 2014). Nesse sistema de governo, o povo desfruta das liberdades fundamentais de expressão, associação, assembleia, consciência etc. Nele também existem institui-

ções como um judiciário independente, imprensa livre, sistema partidário competitivo e uma sociedade civil ativa.

A democracia poderia ser usada para descrever um governo que se baseia nas ideias do regime majoritário e na representação popular dos verdadeiros interesses do público. Este tem sua essência em uma sociedade livre e aberta, na qual os indivíduos são livres para se desenvolver e na qual os que estão no poder são controlados por uma combinação de instituições e procedimentos civis. Alguns dos atributos fundamentais da democracia incluem o Estado de Direito, eleições periódicas e cultura política cívica. Uma expectativa popular é que a democracia seja um pré-requisito para a boa governança: deve fornecer as condições materiais para a melhoria da sociedade em termos de alfabetização, segurança de vida e propriedade, melhor saúde, emprego, segurança alimentar, água potável e desenvolvimento rural, bem como garantir a estabilidade política. A incapacidade de um sistema democrático em garantir o exposto acima é concebida como déficit democrático.

Certamente, o déficit democrático tem a ver com as inadequações da prática democrática comparadas aos ideais da democracia. Déficit significa falta de algo. A falta de instituições democráticas em termos de existência e a fraca capacidade das instituições presentes de desempenharem de maneira ideal responsabilidades legítimas se traduzem em falhas e dificultam a eficiência democrática. O déficit democrático implica que os valores da democracia estão ausentes em uma sociedade democrático (Dahl 1999). O déficit democrático acarreta disparidades entre o desempenho democrático percebido e as aspirações públicas (Russell 2004). Roller (2005) afirma que o déficit democrático pode ser a consequência de um regime cujas regras, procedimentos e instituições são incapazes de fornecer o que os cidadãos procuram e aspiram.

Além disso, Norris (2011) observa que o déficit democrático representa uma situação em que o sistema eleitoral falha em canalizar satisfatoriamente as preferências dos eleitores. Tem a ver com os casos em que as instituições democráticas estão aquém dos princípios de capacidade de resposta e responsabilidade em suas operações. É essa falta de resposta às preferências populares e à supervisão democrática que é conhecida como déficit democrático (Dahl 1999). O déficit democrático pode estar ligado à falta de legitimidade democrática ou à irresponsabilidade ocasionada pelo fluxo distorcido de influência dos cidadãos para o governo mediante mandato popular mediado por eleições periódicas.

O conceito de eleição se refere ao processo pelo qual cidadãos qualificados podem participar na determinação de quem conduz os assuntos de

um Estado ou organização em particular, votando ou permanecendo como candidatos. É um processo que começa na campanha política e termina no surgimento de um indivíduo ou grupo para representar o público no governo. Ibeanu (2007) afirma que a eleição envolve o processo pelo qual os cidadãos escolhem candidatos preferidos para administrar seu governo em todos os níveis em uma estrutura episódica para um mandato específico. Isso implica o processo de selecionar as pessoas que receberiam a responsabilidade de determinar quem recebe o quê, quando e como em uma política por meio da votação, o que implica a escolha entre alternativas (Lasswell, 1936). Isso significa, portanto, que a eleição é um processo formal de tomada de decisão em grupo, pelo qual a população escolhe um indivíduo ou grupo para ocupar cargos públicos em seus interesses coletivos. A eleição é um ingrediente importante das democracias modernas no mundo.

Premissa teórica: do controle da elite à captura da elite

Este estudo deriva seu embasamento teórico da teoria da captura da elite. As versões anteriores da teoria enfatizavam os atributos pessoais dos líderes, que ajudavam a manter ou dominar as posições de poder, enquanto as novas versões se concentravam mais na estrutura institucional da sociedade. As elites políticas geralmente estão localizadas nas principais estruturas de poder de qualquer Estado-nação e são responsáveis por gerenciar os assuntos políticos e administrativos (Platteau 2004). A teoria da captura de elite está ancorada no pressuposto de que a maioria das sociedades é dominada por elites que são livres do controle popular e buscam seu interesse peculiar definido em termos de poder e auto-engrandecimento. Isso implica uma situação em que uma fração da sociedade tem o poder de tomar decisões que a afetam, e essas decisões geralmente refletem o interesse das elites e não os desejos da maioria. A teoria geral da elite argumenta que a elite possui algumas qualidades necessárias para sua adesão ao poder político, como consciência, coerência, conjuração e organização. Portanto, seus membros da elite não apenas estão cientes de seu status, mas trabalham com determinação para protegê-lo com o uso de fatores de exclusão na liderança.

Platteau (2004) observa que as elites perpetuam seu domínio mediante práticas de posse da terra, redes familiares, status de emprego, riqueza, filiação política e religiosa, bem como história pessoal e personalidade. Isso sugere que o que torna a captura de elite tão poderosa e dominante é que as elites exercem sua influência com menos frequência por coerção e mais por reivindicações morais e poder simbólico (Dasgupta e Beard 2007).

A dinâmica da dominação e manipulação da elite é sustentada e reproduzida mediante o processo de circulação da mesma. Esse mecanismo garante a continuidade, transformação e substituição das elites, por meios dos quais elas cooperam, competem e reconciliam suas diferenças de tempos em tempos (Higley & Burton 2006).

As elites, na Quarta República da Nigéria, tendem a manter virtualmente todo o aparato estatal como refém mediante um processo eleitoral distorcido e de uma governança não democrática. Instituições democráticas na Nigéria, como a legislatura, o executivo, o judiciário e as agências reguladoras, foram capturadas pelas elites, enfraquecendo a capacidade do Estado de garantir o Estado de Direito. Isso resultou em falta de prestação de contas, abuso de poder sem precedentes por busca egoísta e engrandecimento pessoal, além de má conduta grosseira. As elites se concentram no controle do poder político e estatal para proteger e promover os interesses dos membros à custa das massas. A consequência é antitética à democracia, pois nega os principais atributos dela, como responsabilidade, capacidade de resposta e transparência. Esta é uma ameaça à consolidação democrática na Nigéria.

Eleição e representação/consolidação democrática na Nigéria: uma visão geral

A eleição descreve um contrato social entre representantes e representados e também oferece oportunidade para a transição de conjuntos específicos de representantes e titulares de cargos para outro (David, Manu & Musa 2014). Ayoade (2006) descreve a eleição como o processo de atualização da democracia representativa. É um método de selecionar algumas pessoas de um grande grupo, de modo que elas se tornem representantes deste. Nnadozie (2004) postula que a eleição é um meio através do qual indivíduos ou grupos são escolhidos para representar seus eleitores no contexto da governança.

Estudiosos como Schumpeter (1942), Linz e Stepan (1996), Przeworski (1997) e Omotola (2014) observaram separadamente que as eleições são o primeiro e mais básico indicador da democracia por causa de sua suposta capacidade de garantir participação política, competição e legitimidade que, por sua vez, é essencial para a consolidação democrática. Isso implica que eleições competitivas fornecem uma estrutura por excelência para organizar a incerteza democrática, a fim de produzir mudança legítima, renascimento, renovação e alternância de poder (Przeworski 1997).

Desde a transição democrática que anuncia a Quarta República da Nigéria em 1999, as eleições têm sido agressivamente contestadas. Isto é devido ao seu lugar estratégico, um meio de obter acesso ao controle do poder estatal, considerado a principal fonte e/ou sustentadora da riqueza material e da segurança dos meios de subsistência (Fadakinte 2013). Ao longo dos anos, esse pensamento informou um padrão de politicagem que envolve uma competição desesperada pelo poder, tornando a busca pelo poder estatal uma questão de “um caso de fazer ou morrer”, em que o vencedor leva tudo e o perdedor perde tudo.

Essa situação é complicada pelo caráter da classe política da Nigéria, que não está em sintonia com a ideologia da democracia liberal. Certamente, a classe política dominante não possui o ethos democrático necessário, como tolerância, disciplina e temperamento democrático para se envolver em eleições com credibilidade (Fadakinte 2013). Devido ao desejo desesperado dos políticos de vencer as eleições a todo custo, a fim de usufruir dos privilégios do poder, as eleições na Nigéria costumam ser caracterizadas por confrontos violentos, trazendo resultados que negam a consolidação e a sustentabilidade democráticas. Nesse processo, o país a cada turno da eleição se torna dominado pela crise e propenso à instabilidade.

A crise da democracia eleitoral na Nigéria é endêmica. Ao longo dos anos, manifestou-se nas formas de manipulação excessiva, monetização e enfraquecimento estrutural dos processos eleitorais, com irregularidades e violência generalizadas (Ademola & Adenuga 2015). Essa tendência persistiu em todas as eleições na Quarta República e assumiu a forma de uso ilegítimo generalizado do poder do Estado (vantagem abusiva no poder), bem como do dinheiro (compra/venda de votos) para influenciar um resultado preferido em uma eleição. Isso encontrou expressão na monetização pesada e na militarização do processo eleitoral, segundo o qual a experiência de liderança eleitoral assume a aparência de um cenário de mercado e de guerra.

Além disso, a eleição na Nigéria parece ter sido caracterizada por má administração, muitas vezes definida por um árbitro eleitoral aparentemente ineficiente e fraco. A Constituição nigeriana de 1999, conforme alterada, e a Lei Eleitoral de 2010, conforme alterada, conferiram à Comissão Eleitoral Nacional Independente (INEC, na sigla em inglês) o árbitro eleitoral para organizar e conduzir eleições em vários escritórios políticos do país. No entanto, cada eleição conduzida pelo INEC sempre foi falha pela organização precária da Comissão, falta de responsabilização e transparência (Edet 2015). A fraqueza de instituições mediadoras de eleições, como polícia, INEC, tribunais etc. reduziu efetivamente as eleições da Nigéria a meros rituais

periódicos, produzindo pouco ou nenhum resultado democrático significativo. Isso corrobora a posição de Dudley (1982) no sentido de que a Nigéria apresenta instituições políticas fracamente institucionalizadas, incapazes de lidar com as pressões do sistema político. Portanto, sucessivas eleições na Nigéria têm sido geralmente ruins, pois o árbitro eleitoral (INEC) parece ter sido fortemente influenciado e manipulado pelos interesses dos poderes que são (as forças de posse). Isso prejudicou a perspectiva de cumprir a tarefa de realizar eleições livres, justas e críveis na Nigéria.

Pelos índices acima, pode-se dizer que a eleição na Nigéria equivale a uma contradição das postulações teóricas tradicionais de que a eleição é o ponto de apoio da democracia que carrega um prêmio de representação política, além de legitimar um governo por meio de mandato popular. Essa negação grosseira dos princípios democráticos cardeais em relação à liderança eleitoral na Nigéria possui implicações críticas para a representação e consolidação democrática do país. Assim, alcançar a essência da representação e consolidação democráticas parece ter permanecido utópico. Como observado por Nwanegbo (2015), que a natureza manipuladora da eleição eleitoral instanciada por aparelhamento maciço, politicagem diabólica, eleição violenta, venda/compra de votos entre muitas irregularidades, explica por que as eleições parecem não ter resultado em verdadeira representação democrática e consequente consolidação na Nigéria.

As eleições em uma democracia não são uma simples transferência de poderes de decisão para os representantes políticos. Isso ocorre porque uma mera posse de autonomia política e subjetividade por parte de um eleitor nem sempre determina sua participação credível nas eleições. Por esse motivo, a representação democrática implica o governo do povo ou o governo popular. O regime popular envolve um processo governamental de definição, coleta, harmonização, promoção e proteção dos interesses gerais do povo para a melhoria da vida em toda a sociedade. Aqui, é uma preocupação e responsabilidade geral de todos gerenciar os assuntos de sua sociedade para melhorar a qualidade de vida, aumentando o acesso geral às necessidades básicas vitais. Mas como as pessoas não podem fazer isso juntas de uma só vez, elas fazem isso mediante alguns poucos livre e democraticamente eleitos, chamados de representantes. A representação democrática pode ser considerada como um sistema de governo sustentado pela percepção de que as pessoas em qualquer sociedade devem ser livres para determinar seus próprios sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais. Portanto, a representação democrática simplesmente se refere a um sistema político em que a governança está enraizada nos princípios básicos da democracia e realizada por indivíduos que são escolhidos voluntária e livremente pelo povo.

O sistema de governo em uma democracia é aquele em que o povo exerce o poder governante diretamente ou por meio de representantes eleitos periodicamente por eles (Appadorai 2004). Assim, a representação é amplamente vista como o pilar da liderança democrática contemporânea. A implicação é que o único governo que pode satisfazer plenamente todas as exigências da vida cívica coletiva é aquele em que a maioria dos cidadãos participa ativamente. No entanto, a participação direta inclusiva só é possível em uma pequena comunidade povoada e não em uma sociedade moderna altamente populosa e complexa, portanto, a necessidade de representação no governo. Simplificando, desta forma, a representação implica a presença indireta de pessoas na administração de seus assuntos públicos ou estatais.

O exposto acima corrobora a afirmação de Fairlie (1940), de que a representação democrática constitui o sistema de governo em que os poderes são delegados aos representantes eleitos, que os exercem em benefício de toda a nação. Sugestivamente, a representação democrática é a atividade de tornar presentes as vozes, opiniões e perspectivas dos cidadãos nos processos de formulação de políticas públicas. Ocorre quando atores políticos falam, advogam, simbolizam e agem em nome de seus eleitores na arena política. Estabelecendo a base filosófica de governos representativos, renomados filósofos políticos e teóricos como Hobbes em seu *Leviatã*, Platão na *República* e Maquiavel no *Príncipe* perceberam notavelmente que a tomada de decisão pública deveria ser deixada como responsabilidade de alguns membros da comunidade.

De acordo com a famosa perspectiva de Lincoln de que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, o regime democrático fornece uma plataforma para indivíduos selecionados representarem seu povo, porque é somente por cortesia de um arranjo que o governo pode esperar alcançar o objetivo de status de domínio das pessoas. Deve-se observar que a essência da representação democrática é permitir que o povo não tenha apenas uma palavra a dizer na gestão de sua sociedade, mas que também possa controlar efetivamente como o Estado é administrado e qual política é implementada para seu bem geral. Aliás, há indícios de que os eleitores não foram capazes de determinar a qualidade de suas vidas, bem como o destino de seu estado por meio da representação democrática na Quarta República da Nigéria.

A ideia de consolidação democrática significa uma fase identificável no processo de transição de sistemas autoritários para sistemas democráticos, críticos para o estabelecimento de uma democracia estável, institucional e duradoura. A consolidação democrática implica fortalecer, consolidar e institucionalizar ideais, valores e virtudes democráticos em um sistema político.

Tem a ver com evitar a regressão autoritária; particularmente, mediante institucionalização de um processo de administração eleitoral de credibilidade. Isso está de acordo com a afirmação de Linz e Stepan (1996, 10), na qual “a democracia se consolida quando sob condições políticas e econômicas, um sistema democrático expresso em eleições periódicas e regulares se torna o único jogo na cidade; quando ninguém pode imaginar agir fora das normas e valores democráticos”. A consolidação democrática, portanto, envolve o fortalecimento de certas instituições, como o sistema eleitoral, partidos revitalizados ou recém-criados, independência judicial e respeito aos direitos humanos, que foram criados ou recriados durante o curso da transição (Carothers 2007). Assim, a consolidação democrática gira em torno de tornar novas democracias seguras e estendendo sua expectativa de vida além do curto prazo, criando imunidade à ameaça de regressão autoritária e construindo represas contra eventual reversão ao autoritarismo (Carothers 2007; Fawole 2005; Przeworski 1997; Zakaria 1997). A implicação disso é que a eleição serve como uma estrutura crítica para a consolidação democrática, com o máximo respeito pelo Estado de Direito (Frempong 2006; Sha 2005).

Segundo Diamond (1999), criar uma política estável, democrática e efetivamente governada é um enorme desafio para qualquer país em desenvolvimento que tenha experimentado predominantemente instabilidade política, falhas democráticas e decadência institucional desde a independência. Implica uma série de ações e mudanças contínuas voltadas para a substituição de um sistema existente de regras autoritárias e não democráticas (Yagboyaju 2007). Alguns outros estudiosos veem a consolidação democrática como o processo pelo qual uma nova democracia amadurece de uma maneira que significa que é improvável que volte ao autoritarismo sem um choque externo ou um processo de democratização que resista às tendências de reverter ou retroceder aos dias sombrios da época de um regime militar autoritário (Linz & Stepan 1996; Asiwaju 2000; Mortier 2002; Jega 2007; Yagboyaju 2007). Mais especificamente, a consolidação democrática “implica a internalização da cultura democrática e a institucionalização do melhor processo democrático” por uma organização que iniciou com êxito uma transição democrática (Asiwaju 2000, 4). Assim, consolidar a democracia significa reduzir a probabilidade de romper a um ponto em que possam sentir-se razoavelmente confiantes de que a democracia persistirá no futuro próximo (Schedler, em Egbegbulem 2011). Assim, Schedler, citado em Egbegbulem (2011, 67), afirma que:

[...] consolidar a democracia pode envolver as tarefas positivas de aprofundar uma democracia totalmente liberal ou concluir uma

semidemocracia ou responder aos desafios “negativos” de impedir a erosão de uma democracia liberal ou evitar o colapso de qualquer tipo mínimo de democracia que tenhamos, [...] (Egbegbulem 2011, 67).

Linz e Stepan (1996) postulam que os principais indicadores da consolidação democrática incluem eleições credíveis e Estado de Direito, sociedade civil livre e ativa, sociedade política relativamente autônoma e valorizada, burocracia funcional e economia institucionalizada. A consolidação democrática prevalece em sociedades que muitos dos princípios democráticos proeminentes constituem amplamente uma cultura política positiva. Segundo Przeworski, citado em Mortier (2002), a democracia se consolida quando, sob determinadas condições políticas e econômicas, um determinado sistema de instituições se torna o único jogo político. É quando ninguém consegue imaginar agir fora das instituições democráticas, quando todos os perdedores querem é tentar novamente dentro das mesmas instituições sob as quais perderam (Mottier 2002).

Em suas palavras, Jega (2007, 297) argumenta que a consolidação democrática é um termo que descreve “uma meta política vital para novas democracias”. Diamond citado em Jega (2006, 6) afirmou que “a consolidação democrática tem a ver com as dimensões comportamentais, atitudinais e constitucionais sobrepostas, mediante as quais a democracia se torna rotinizada e profundamente interiorizada na vida social, institucional e até psicológica, bem como em cálculos políticos para alcançar o sucesso” (Jega 2007, 6). Linz e Stepan (1996) forneceram explicações adicionais sobre aspectos comportamentais, atitudinais e constitucionais da consolidação democrática. Eles explicaram que, comportamentalmente, uma democracia é consolidada quando nenhum ator nacional, social, econômico, político ou institucional gasta recursos significativos na tentativa de alcançar seus objetivos, criando um regime não democrático ou se separando do Estado.

A consolidação democrática também pode ser vista do ponto de vista da estabilidade dos processos democráticos, com ênfase em eleições regulares e credíveis (Igbuzor 2005; Akinsanya 2006). Portanto, é importante afirmar que as eleições são a base para qualquer democracia bem-sucedida e, de fato, sua consolidação. No entanto, a ênfase nas eleições como um trampolim para a consolidação da democracia parece ser questionável, especialmente quando levada em consideração a experiência da Nigéria, caracterizada principalmente até agora por improbidade eleitoral e infrações estruturais que prejudicam o mérito da democracia eleitoral. Além da questão da eleição, o resultado dos processos eleitorais na Quarta República da Nigéria deixou muito a desejar sobre a essência do contrato social entre o eleitorado e seus

representantes eleitos, que é atendido por meio de eleições rotineiras. A questão então é se sucessivas dispensações eleitorais nesse contexto geraram resultados substantivos que alavancam dividendos democráticos. As subseções a seguir tentam oferecer informações relevantes a esse respeito.

Contextos e indicadores de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria

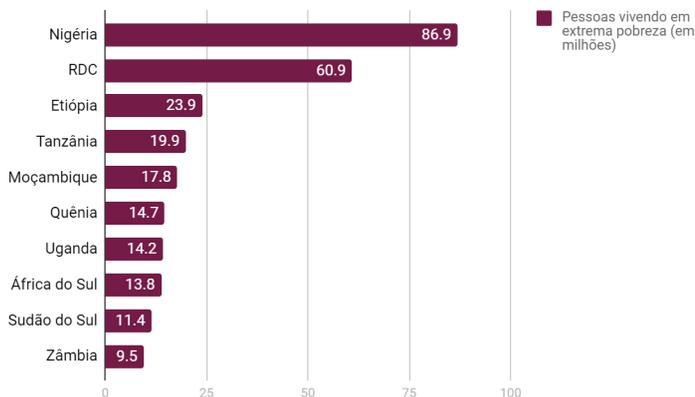
A democracia nigeriana está operando em bases fracas (Adeniyi 2018). Isso ocorre porque as estruturas e a cultura democráticas necessárias para efetivar e consolidar a prática são inexistentes ou ineficientes. Com efeito, portanto, a prática tem sido caracterizada por déficits estruturais e funcionais. Para os propósitos de nosso discurso neste artigo, déficits democráticos podem ser vistos em três dimensões diferentes: perspectivas *normativa*, *empírica* e *funcional* (Ogbonna 2012). Da perspectiva normativa, o déficit democrático ocorre quando os arranjos e instituições políticas deixam de satisfazer a expectativa e as aspirações do público; isso desafia a expectativa de que a participação política popular (principalmente por meio de eleições) faça o governo responder às necessidades e aspirações do povo. Por outro lado, a perspectiva empírica vê um déficit democrático em um governo em termos de capacidade dos cidadãos ou de utilizar sua participação cívica na governança para tornar seu governo receptivo a seus desejos ou interesses. Na perspectiva funcional, um governo é democraticamente deficiente quando é incapaz de gerar legitimidade popular apreciável do povo. Essas três dimensões do déficit democrático geralmente se manifestam na Quarta República da Nigéria.

As elites dominantes e as instituições democráticas falharam em fornecer a infraestrutura civil capacitadora para a democratização sustentável e lucrativa. Em vez disso, os ciclos de governos civis foram caracterizados por falsos começos, transições fracassadas e desafios recorrentes ao regime estável. Os regimes eleitos vacilaram sobre instituições precárias, facciosismo entre elites e corrupção generalizada (Peter, Alemika & Michael 2002; Osa-ghae & Larry 1995). Com referência à Quarta República da Nigéria, os déficits democráticos foram manifestos de várias formas em virtude dos indicadores considerados abaixo.

Alarmante taxa de pobreza

A trajetória do nível de pobreza da Nigéria desde 1999 manteve um aumento infeliz. Em 2018, o Relatório Mundial da Pobreza classificou a Nigéria em primeiro lugar em termos de países do mundo com a maior concentração de pessoas que vivem sob extrema pobreza, conforme capturado abaixo na Figura 1:

Figura 1: Nível de pobreza da Nigéria (2018)



Fonte: Sahara Reporters, 2019. Disponível em: <https://qz-com.cdn.ampproject.org>.

O acima exposto indica que cerca de 46,5% da população do país vive abaixo da linha de pobreza de um dólar por dia (Sahara Reporters 2019). Isso é lamentável quando considerado no contexto das enormes dotações materiais e humanas do país. Explica apenas a incapacidade dos vários governos democráticos do país ao longo dos anos em melhorar as condições gerais de vida por meio da alocação autorizada de valores/recursos com base nas necessidades.

Desastre de segurança

Burton (2019), tendo estudado empiricamente incidências de ameaças à segurança em todo o mundo, colocou a Nigéria como o quinto país mais ameaçado/perigoso do mundo em termos de índices de segurança. A Tabela 1 é instrutiva a esse respeito.

Tabela 1: Países mais perigosos do mundo

Rank	País	Ranking 2018	Rank	País	Ranking 2018
1	República Centro Africana	149	11	Camarões	139
2	R. D. Congo	148	12	Líbia	138
3	Iraque	147	13	Quênia	137
4	Afeganistão	146	14	Burundi	136
5	Nigéria	145	15	Índia	135
6	Sudão	144	16	Ucrânia	134
7	Paquistão	143	17	México	133
8	Colômbia	142	18	Uganda	132
9	Filipinas	141	19	Chade	133
10	Iêmen	140	20	Mali	134

Fonte: Burton (2019).

Este também é um indicador flagrante de déficit democrático na Quarta República da Nigéria. Garantir a segurança do povo é a essência do governo em geral, mas mais fundamentalmente em uma democracia ser o governo do povo. No entanto, as instituições democráticas que controlam os aparatos coercitivos do Estado geralmente não conseguiram garantir ao máximo vidas e recursos humanos e, portanto, a prevalência de insegurança no país. Isso é instanciado pela existência da insurreição do Boko Haram, banditismo armado, militância e uma série de outras ameaças à segurança no país.

Déficits industriais e de infraestrutura

Os déficits de infra-estrutura incluem o colapso de amenidades básicas e instalações públicas no país. Isso é amplamente exemplificado na quase extinção de ferrovias, bem como na colapso dilapidação de redes de estradas, escolas públicas, instalações sanitárias e de água. A energia pública está em seu ponto mais baixo, com menos de 5.000 MW de capacidade de geração, além de desafios intratáveis de distribuição e transmissão. Aliado ao problema da infraestrutura está o da base industrial pobre.

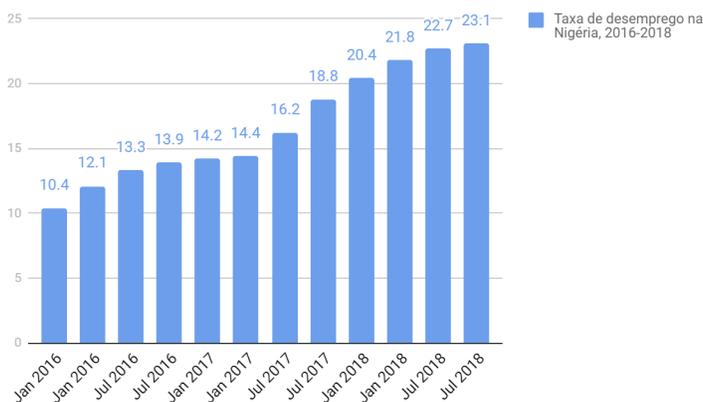
O setor industrial nigeriano está em coma virtual. A indústria têxtil nigeriana, a laminação de aço, a borracha, a madeira, o cimento, os fertili-

zantes, a cerâmica e as indústrias editoriais foram vibrantes e competitivas internacionalmente nas décadas de 1970 e 1980. Atualmente, as capacidades operacionais estão sendo reduzidas pelo alto custo de produção causado pelo fornecimento de energia epiléptico, altas taxas de juros e câmbio, influxo de produtos inferiores e abaixo do padrão, multiplicidade de impostos e taxas, más vendas, em parte como resultado do baixo poder de compra dos consumidores, atraso na liberação de remessas devido à existência de várias agências de inspeção nos portos etc. As refinarias nacionais estão lutando para manter a manutenção nominal, enquanto o mega projeto de ferro e aço de Ajaokuta sofreu uma negligência geracional.

Desemprego em ascensão

Os registros de desemprego na Nigéria são colossais (Fig. 3). A situação possui implicações críticas para a segurança humana no país. Uma faceta integrante do problema do desemprego na Nigéria é a questão do desemprego juvenil e do desemprego em geral. Mais da metade da população desempregada da Nigéria é jovem, a maioria dos quais é educada no nível superior.

Figura 2: Taxa de desemprego na Nigéria, 2016-2018



Fonte: Nigerian Bureau of Statistics, 2018.

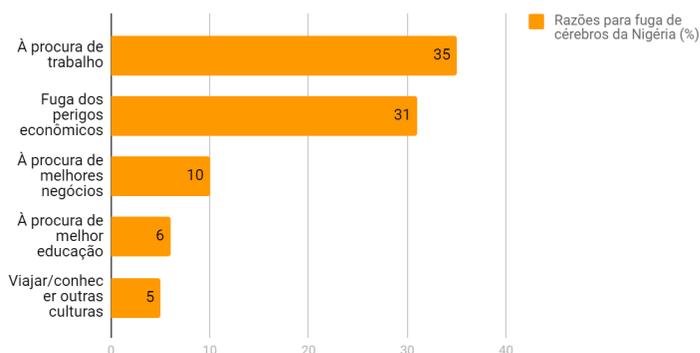
O não envolvimento da magnitude da juventude do país em empregos remunerados levou a terríveis conseqüências colaterais, incluindo protuberância juvenil, inquietação juvenil e vícios e crimes associados. A prevalên-

cia dessas situações existenciais no país fala mal do sucesso da governança democrática na Nigéria.

Fuga de cérebros/depreciação de capital humano

Houve um êxodo persistente dos profissionais nigerianos para melhores oportunidades de subsistência (Fig. 3) fora das margens do país. Essa síndrome de fuga de cérebros afeta criticamente o índice de desenvolvimento de recursos humanos do país, pois profissionais nigerianos em diversos campos, especialmente os setores de saúde e educação, saem diariamente do país para Europa, América e Canadá, entre outros países desenvolvidos, em busca de melhores oportunidades. Atualmente, 5.405 médicos e enfermeiros nigerianos treinados trabalham atualmente com o Serviço Nacional de Saúde Britânico (NHS, sigla original em inglês) no Reino Unido. Isso agravou a proporção médico-paciente da Nigéria de 1:4000 para 1:5000, negando a recomendação da OMS (1:600). A ironia da situação é que a Nigéria ocupa um lugar tão alto em termos de patrocínio ao turismo médico e educacional internacional.

Figura 3: Razões para fuga de cérebros da Nigéria



Fonte: <https://www.timeslive.co.za/news/Africa/2018-09-05-a-third-of-nigerians-want-to-emigrate-but-not-to-south-africa/>.

Aliada à questão da fuga de cérebros está a crise do setor educacional. O setor sofreu uma enorme negligência, produzindo, portanto, resultados disfuncionais. Isso levou muitos nigerianos a optarem por estudar no exterior. Sendo assim, o número de nigerianos que estudam em universidades no Ocidente tem sido alarmante (Tabela 2).

Tabela 2: Número de estudantes nigerianos nos EUA, 2005-2016

Ano	Graduandos	Graduados	TPO ⁴	Outros	Total
2015/16	5,424	3,803	1,231	216	10,674
2014/15	4,770	3,339	1,198	187	9,494
2013/14	4,030	2,771	997	115	7,921
2012/13	3,707	2,551	953	105	7,316
2011/12	3,577	2,522	819	110	7,028
2010/11	3,772	2,454	799	123	7,148
2009/10	3,490	2,327	646	97	6,566
2008/09	3,513	2,153	516	74	6,256
2007/08	3,745	1,968	438	71	6,222
2006/07	3,569	1,820	483	71	5,943
2005/06	4,102	1,819	N/A	271	6,192

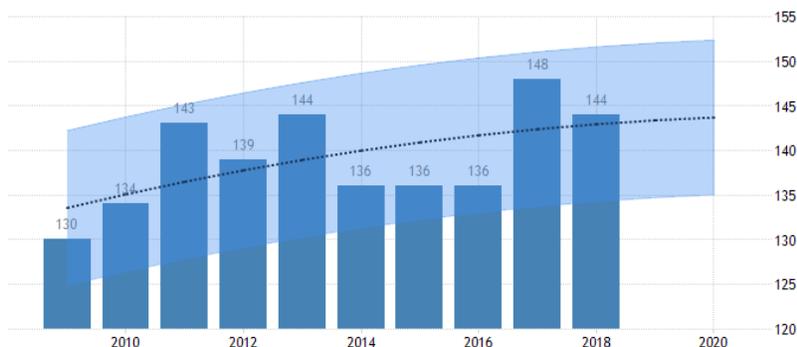
Fonte: wenr.wes.org.google.com.

Incidência e prevalência da corrupção

A corrupção continua sendo uma questão importante na questão nacional da Nigéria. Vários rankings colocaram o país entre os primeiros em termos de incidência global de corrupção, especialmente na Quarta República. A *Transparency International* (Fig. 4) indica como a corrupção ameaçou persistentemente ameaçar o destino coletivo da nação de 2010 a 2018.

⁴ Treinamento Prático Opcional.

Figura 4: Nível de corrupção da Nigéria, 2010-2018



Fonte: Transparency International, 2018.

Pelo exposto, é evidente que anos de prática democrática na Quarta República da Nigéria não se traduziram em muita perspectiva de boa governança. Os dividendos concretos da democracia parecem não ter sido realizados de maneira sustentável. Deve-se ressaltar que toda a essência da democracia é determinar e implementar a vontade dos cidadãos no governo. O governo é escolhido mediante eleições para desempenhar as funções de alocação autorizada de recursos na instância do povo. O cumprimento deste mandato exige que o governo não apenas aproveite, mas gere recursos para proporcionar a maior felicidade para o maior número de cidadãos. Quando isso não é possível, pode-se dizer que a democracia é inexistente ou, na melhor das hipóteses, deficiente.

Déficits democráticos na Quarta República da Nigéria: implicações diversas

A democracia é um sistema de controle popular sobre políticas e decisões governamentais. Para que isso aconteça, um governo precisa ser responsivo e responsável perante o controle popular (Dahl 1989). No entanto, há casos em que as instituições democráticas não conseguem cumprir os princípios de capacidade de resposta e responsabilidade em suas práticas ou operações. Essa falta de resposta às preferências populares e à supervisão democrática é conhecida como déficit democrático (Dahl 1989). O déficit democrático é uma grande lacuna onde deveria estar o envolvimento público com os processos políticos. Para reiterar, um déficit democrático

ocorre quando organizações ou instituições ostensivamente democráticas (particularmente governos) não cumprem os princípios da democracia em suas práticas ou operações (Rohrschneider 2002).

O retorno à governança democrática em 29 de maio de 1999 para a maioria dos nigerianos proporcionou a oportunidade de reverter os problemas políticos e de desenvolvimento generalizados associados ao prolongamento do regime militar e, ao mesmo tempo, uma esperança de grandes expectativas de melhoria da qualidade do bem-estar e governança. No entanto, muitos anos após o retorno ao regime democrático, as enormes expectativas de muitos nigerianos foram largamente prejudicadas pela má governança, com seus desafios socioeconômicos e políticos. Por exemplo, a economia nigeriana é atualmente caracterizada pelos problemas de pobreza, aumento da desigualdade de renda entre ricos e pobres, desinvestimento, inflação, desindustrialização, desemprego em massa e crise da dívida. A *Transparency International*, em sua classificação anual, fez da Nigéria a terceira, quarta e quinta nação mais corrupta do mundo em 2003, 2004 e 2005, respectivamente. Assim, a corrupção penetrou profundamente no tecido da nação, sacudiu-o até os alicerces e tende a transformar os esforços de consolidação democrática em mera miragem. Sempre houve o uso de violência ou a ameaça de violência no contexto da política partidária (Jega 2014). O prêmio final é a captura e retenção do poder político a todo custo.

Mais preocupante é a trajetória da política partidária que tem sido associada a síndromes como o fenômeno do clientelismo. Hoje em dia o clientelismo é um dos maiores perigos para a democracia e paradoxalmente sobrevive apenas com o apoio do governo (Gambo 2006). Chegou a assumir uma dimensão perigosa como consequência do entrincheiramento sistemático da política monetária no país. Produz uma liderança que não responde e tende a negar todos os princípios do processo democrático, obstruindo a seleção de candidatos e até a seleção de executivos quando o governo é instalado. As atividades do clientelismo tendem a reduzir a legitimidade do governo e anular o valor eleitoral dos cidadãos (Edet 2016; Odigbo 2015). Além disso, a cultura desordenada de desregramento decorrente do baixo nível de prestação de contas que caracteriza os processos governamentais, levando a desempenhos econômicos abismais e culminando em sérios infortúnios no desenvolvimento. As instituições rodoviárias, ferroviárias, de eletricidade, de infraestrutura hídrica, de saúde e de educação do país estão em estado de decadência e colapso total.

Outros significantes dos déficits democráticos na Quarta República da Nigéria incluem a politização da governança e insegurança, securitização e

militarização da liderança eleitoral, má conduta eleitoral, impunidade política que beira ao desrespeito à constituição e ao Estado de Direito, violação dos direitos humanos, enfraquecimento da sociedade civil e do judiciário, para citar apenas alguns. Esses indicadores apontam para um futuro sombrio para o país, especialmente no que se refere à sobrevivência e consolidação democráticas.

Fechando as lacunas: mitigando os déficits democráticos na Nigéria

O debate acadêmico contemporâneo sobre democracia e eleição não é, perceptivelmente, mais sobre o estabelecimento da superioridade da democracia em outras formas de governo ou eleição como um meio para alcançar uma liderança democrática representativa, mas sobre a melhor forma que uma sociedade encara suas peculiaridades, utilizando-se dos méritos de eleição para alcançar valor democrático. Para esse fim, mitigar o déficit democrático em qualquer política exige fundamentalmente uma abordagem abrangente, que vai da reorientação do caráter individual à reestruturação institucional com base na determinação sincera de ter uma democracia funcional em que o bem maior, do maior número, seja sacrossanto.

No futuro, as eleições deveriam ser livres e justas para que o público pudesse selecionar ou retirar os candidatos de sua escolha na liderança do país. As pessoas devem determinar quem ocupa qual posição e quem não ocupa o poder da cédula, para que, através da mesma, possam responsabilizar os líderes que não desempenham o papel de maneira coerente. Isso ocorre porque a essência da democracia é a participação conjunta dos membros da sociedade na seleção, geralmente por meio de eleições livres, justas e competitivas, daqueles que desejam ter como seus representantes no governo. Nesse sentido, a responsabilidade política e a participação popular são promovidas na medida em que o público tem um sentido de uma política inclusiva, na qual seus pontos de vista e opiniões são respeitados e seus interesses protegidos.

Além disso, deve haver aderência aos princípios democráticos do Estado de Direito e *freios e contrapesos*. Um Estado é democrático se houver devolução de poderes governamentais, de modo que nenhum indivíduo ou instituição tenha a oportunidade de abusar do poder. Portanto, recomenda-se aqui que o Estado de Direito, ao lado da supremacia da constituição, seja sempre mantido, a fim de evitar abuso de poder e todas as formas de impunidade.

Ademais, também é recomendado o fortalecimento de agências anti-corrupção, como a Comissão Independente de Práticas de Corrupção (ICPC, sigla original em inglês) e a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros (EFCC, sigla original em inglês). Isso restringirá as práticas antidemocráticas corruptas do país. Da mesma forma, é necessária uma reorientação pública sobre os males da corrupção, a fim de engendrar nos lares nigerianos, um povo fundamentado no patriotismo. Da mesma forma, os braços de liderança e seguidores da sociedade devem receber orientação cívica projetada para inculcar uma cultura política progressista capaz de criar uma entidade democrática viável e consolidada.

Conclusão

A eleição continua sendo a pedra angular da democracia devido à sua importância estratégica como uma estrutura para a transição democrática, bem como um indicador crítico da representação e consolidação democráticas. No entanto, parece que a Nigéria tem assistido a votações sem poder, de fato, escolher, porque o processo de eleger nossos líderes políticos é terrivelmente imperfeito. As manifestações de déficits democráticos são evidentes na má governança, liderança turva resultante de incongruências e assalto a políticas. Instabilidade política e econômica, processo eleitoral imperfeito, desrespeito desenfreado ao Estado de Direito e desobediência a decisões judiciais, bem como sistema judicial hipotecado entre outras falhas colossais de ideais democráticos parecem ter feito da democracia eleitoral uma mera caricatura na Quarta República da Nigéria. Os déficits democráticos são a consequência das ineficiências estruturais inerentes à estrutura democrática devido ao mau projeto e ao mau funcionamento das instituições, resultando em uma crise da democracia.

A pobreza persistente e escaldante, o desemprego, a má gestão econômica, a corrupção generalizada, os déficits de infraestrutura, a baixa confiança dos investidores, o excesso de dívidas, as instituições públicas ineficientes e a falta de confiança social e de confiança no governo são alguns dos indicadores de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria. De fato, isso levou ao colapso generalizado dos valores e da infraestrutura sociais, bem como à prevalência de analfabetismo, insegurança de vidas e propriedades, corrupção política, autoritarismo, má prática eleitoral, violência política e falhas de governança geral. Para consolidar, sustentar e consolidar a democracia, é necessária uma reforma estratégica dos principais quadros institucionais da democracia. Em outras palavras, o INEC, a legislatura, o judiciário, a polícia,

a constituição e a sociedade civil devem ser reconfigurados de acordo com as melhores práticas democráticas globais para garantir eleições de credibilidade, bem como representação e consolidação democráticas eficazes.

REFERÊNCIAS

- Adeniyi, S. 2018. "Democracy deficit and the deepening crisis of corruption in post-authoritarian Nigeria navigating the nexus." *Taiwan Journal of Democracy*, 14 (2)
- Ademola, A. & Adenuga, I. 2015. "Elite theory and elite consolidation in Nigerian politics." *International journal of banking, finance, management & development studies*. 3 (1).
- Adejumobi, S. 2011. "Election in Africa, A fading shadow of democracy." *International Journal of Social Sciences*, 3 (3), 5-18.
- Alemika, E. 2007. "Quality of elections, satisfaction within democracy and political trust in African". *Afrobarometer working paper No. 84*.
- Akinsanya, A. 2006. Oil and the Niger Delta crisis. *The Guardian*, Thursday, September 9th P.16.
- Appadorai, A. 2004. *The substance of politics*. Delhi: Oxford University Press.
- Asiwaju, A. I. 2000. "Sharing best practice experiences in democracy building in non-French speaking African States." A Draft Paper Presented at the 4th International Conference of New and Emerging Democracies, Cotonou, 4 – 6 de dez.
- Awojobi, O. 2014. "Political corruption & underdevelopment in Nigeria's 4th Republic." *International Journal of Innovation and Scientific Research*. 11 (1).
- Ayoade, J. 2006. "Godfather politics in Nigeria" IN: IFES, money, politics and corruption in Nigeria, IFES.
- Bardhan, P. 2002. "Decentralization of Governance and Development." *Journal of Economic Perspectives*, 16(4), 185–205. <http://dx.doi.org/10.1257/089533002320951037>
- Bardhan, P., & Mookherjee, D. 2006a. *The Rise of Local Governments: An Overview*. In _____ . 2006b. *Decentralization and Local Governance in Developing Countries: A Comparative Perspective*. The MIT Press

- _____. 2000. "Capture and Governance at Local and National Levels." *The American Economic Review*, 90 (2): 135-39.
- Berouk M. 2008. "Democracy, elections & political parties a conceptual overview with special emphasis on Africa." ISS Paper 166.
- Bolaji, K. 2014. "Toward Institutionalizing Credible Elections in Nigeria: A Review of Reform Measures by the Independent National Electoral Commission." In: Cordenillo, Raul (ed). *Improving Electoral Practices: Case Studies and Practical Approaches*. Stockholm: International IDEA.
- Burton, J. 2019. *Most Dangerous Countries in the World*. Retrieved from <https://www.worldatlas.com/articles/most-dangerous-countries-in-the-world.html>
- Carothers, T. 2007. "How democracies emerge: The sequencing fallacy." *Journal of Democracy*, 18 (1).
- Dahl, R. 1989. *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- David, N. Manu, Y. & Musa, A. 2014. "Elections, electoral process and the challenges of democratization in Nigeria's Fourth Republic." *Research on Humanities and Social Sciences*. 4 (17)
- David, S. 2015. *Classical elites theory and libertarianism*. Disponível em: <https://www.lebertarianism.org/columns/classical-elite-theory-libertarianism>.
- Dasgupta, A. e V. Beard. 2007. "Community Driven Development, Collective Action and Elite Capture in Indonesia." *Development and Change*, 38 (2): 229-49.
- Diamond, L. 1999. *Developing democracy: Toward consolidation*. Baltimore: The Johns.
- Dudley B. 1982. *Instability and Crisis in Nigeria –Politics and Crisis in Nigeria*. Ibadan: Ibadan University Press.
- D'Exelle, B. e A. Ridle. 2008. "Elite Capture, Political Voice and Exclusion from Aid: An Experimental Study." IZA Discussion Paper, No. 3673.
- Edet, L. I. 2016. *Election Administration and Democratization Process in Nigeria: An Appraisal of 2007-2015*, ACTA Universitatis Danubius, Vol. 8, no. 2
- Egbebullem, J. 2011. "Credible Elections and Democratic Consolidation in Nigeria: The Moral Imperative." *Journal of Emerging Trends in Educational Research and Policy Studies*, 2 (4) 246-250.

- Fadakinte, M. 2013. "The nature and character of the Nigerian state: Explaining election crisis in a peripheral state." *British Journal of Arts and Social Sciences*, 12(11): 275-287.
- Fawole, W. 2005. Voting without choosing: Interrogating the crisis of electoral democracy in Nigeria. In Lumumba-Kasongo, T. (ed.), *Liberal democracy and its critics in Africa: Political dysfunction and the struggle for social progress*. Londres : Zed Books.
- Fairlie, J. 1940. "The nature of political representation." *The American political science review*. 34 (2).
- Frempong, A. 2006. Innovations in electoral politics in Ghana's Fourth Republic: An analysis. *Democratic innovations in the South*. Berlim: Friedrich Ebert Foundation.
- Gambo, A. 2006. Godfatherism and electoral politics in Nigeria" in IFES, money, politics and corruption in Nigeria. IFES.
- Higley, J. e M. Burton 2006. *Elite Foundations of Liberal Democracy*. Lanham: Rowman and Littlefield.
- Ibeanu, O. 2007. "Elections and the future of democracy in Nigeria. In. Jega, A. & Ibeanu, O.(eds), *Elections and the future of democracy in Nigeria*. NPSA Conference Proceedings.
- Igbokwe-Ibeto, C., Osakede, K., Nkomah, B., Kinge, R. 2016. "Election and democratic consolidation in Nigeria: an analysis of the 2015 general elections." *Arabian Journal of Business and Management Review (OMAN Chapter)* 5 (10).
- Igbuzor. O. 2005. "Constitutions, Electoral Process and the Future of Democratic Governance in Africa." A paper presented at the African Conference on Elections, Democracy and Governance organized by the Independent Electoral Commission of South Africa (IEC), the African Union (AU) and the African Association of Electoral Administrators (AAEA). Pretoria, África do Sul, 7-10 abr.
- Jega, A. M. 2014. Values, "Electoral Systems and the Importance of Successful elections in Nigeria's Foreign Policy," being a lecture delivered at the Nigerian Institute of International Affair (NIIA), Lagos, 23 de out.
- _____. 2007. *Democracy, good governance and development in Nigeria*. Ibadan: Spectrum
- Lasswel, H.D. 1936. *Politics, who gets what, when and how*. Nova York: Whitelesey House.

- Linz, J. & Stepan, A. 1996. "Towards consolidated democracies." *Journal of Democracy*, 1 (4), 34-56
- Manufacturers Association of Nigeria (MAN) – Retrieved from <http://www.manufacturersnigeria.org/membership.htm>
- Masaki, K. 2007. *Power, Participation and Policy. The Emancipatory Evolution of the Elite-controlled Policy Process*. Plymouth: Lexington Books.
- Mottiar, S. 2002. *Democratic consolidation in South Africa*, <http://www.mottiar-Democratic consolidation- southafrica.pdf>
- National Bureau of Statistics (NBS). 2018. *Unemployment and Underemployment Report (Q4, 2017-Q3, 2018)*
- Nnadozie, O. 2005. "History of elections in Nigeria". In Onuh, G. & Momoh, A. (eds), *Elections and democratic consolidation in Nigeria. proceedings of 23rd Annual conference of Nigerian Political Science Association*. Lagos: A-Triad Associates.
- Nwanegbo, C. J. 2015. *Electoral process and micro level rigging in 2015 general elections in Anambra West and Awka North Local Government Areas of Anambra State*. Paper submitted for the two – day National conference on –The 2015 general elections in Nigeria: The real issues scheduled for June 17 - 18, 2015 by The Electoral Institute (TEI), of the Independent National Electoral Commission (INEC).
- Norris, P. 2011. *Democratic Deficit. Critical Citizens Revisited*. Oxford: Oxford University Press.
- Ogbonna, E. 2012. "Democratic deficit and political economy of critical citizenry: Nigeria in perspective." *Journal of Humanities and Social Science (IOSRJHSS)* 1 (3).
- Omotola, J.S. 2014. "Elections and democratic transitions in Nigeria under the Fourth Republic." *African Affairs*, 109 (4), 535-553
- Osabiya, B. 2014. "Nigeria and democratic elections." *Journal of Good Governance and Sustainable Development in Africa (JGGSDA)*. 2 (3).
- Osaghae, C., & Larry, D. 1995. "Nigeria: The Uncivic Society and the Descent into Praetorianism", In Larry, D., Linz, J. & Lipset, S. (ed) *Politics in Developing Countries: Comparing Experiences with Democracy*. Boulder Colo.: Lynne Rienner.
- Peter, L., Alemika, E., & Michael, B., 2002. *Down to Earth: Changes in attitudes toward democracy and markets in Nigeria*. Michigan State University.

- Platteau, J. P. 2004. Monitoring Elite Capture in Community-Driven Development. *Development and Change*, 35(2),223–246.<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-7660.2004.00350.x>
- Przeworski, A. 1997. *Democracy and the market: Political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rohrschneider, R. 2002. “The Democracy Deficit and Mass Support for an EU-wide Government”, *American Political Science Review*, Vol. 46, No. 2: 463-475
- Roller, E. 2005. *The Performance of Democracies. Political Institutions and Public Policy*. Oxford: Oxford University Press.
- Russell, D.(2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Nova York: Oxford University Press.
- Sahara Reporters. 2019. Retrieved from saharareporters.com/2019/06/05/918-million-Nigerians-are-extremely-poor-says-world-poverty-clock
- Sha, D. 2005. “Too much politics, too little democracy: Understanding the correlation between the elections and the democratic Transition” In Onuh, G. & Momoh,A. (eds) *Elections and democratic consolidation in Nigeria: Proceedings of 23rd annual conference of Nigerian Political Science Association*. Lagos: A-Triad Associates
- Schumpeter, J. A. 1942. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York: Harper Brothers.
- Transparency International 2018. Level of corruption in Nigeria. www.transparency.org/google.com
- World Poverty Clock. 2018. Retrieved from <https://qz-com.cdn.ampproject.org>
- Yagbojaju, D. A. 2007. “Nigeria and the challenge of democratic consolidation: The Fourth Republic experience.” *African Journal of International Affairs and Development*, 12 (2) 34 -54.
- _____. 2008. “Nigeria and the Challenge of Democratic Consolidation: The Fourth Republic Experience.” *African Journal of International Affairs and Development*. 12.1&2: 44.
- Zakaria, F. 1997. “The rise of illiberal democracy.” *Foreign affairs*; 76:6

RESUMO

Este artigo é um comentário que interroga o fenômeno de déficits democráticos na Quarta República da Nigéria, com base em uma análise exploratória de fontes secundárias. A essência do governo é a realização do bem público. O governo democrático é aclamado como o mais adequado para determinar e implementar tal mandato. Aliás, essa não foi uma experiência geral nas democracias do mundo. As sucessivas administrações democráticas na Quarta República da Nigéria deixaram muito a desejar em relação ao cumprimento de seu mandato democrático por meio de representação adequada e boa governança. Séries de eleições produziram diferentes culturas de supostos representantes das pessoas. No entanto, as condições existenciais do povo não foram tocadas de maneira a justificar que esses representantes governem na instância do povo, e muito menos representem seus interesses e aspirações. Os grandes déficits de democracia a esse respeito justificaram a submissão deste artigo ao efeito de que a democracia eleitoral na Quarta República da Nigéria não produziu os dividendos democráticos necessários em termos de governança eficiente e representação efetiva.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia; Déficit Democráticos; Representação Democrática; Eleições; Quarta República da Nigéria.

Recebido em 2 de fevereiro de 2020

Aceito em 4 de abril de 2020

Traduzido por Igor Estima Sardo